

Revista do **SESCON RS**

Publicação do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul



Ano VIII
nº 48
junho de 2009

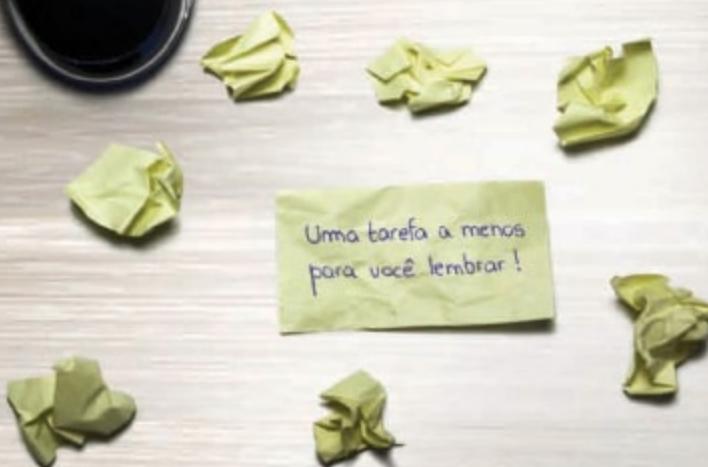
PROMESSAS E FALTAS

EIS O BALANÇO DAS OBRAS
DE INFRAESTRUTURA NO RIO GRANDE DO SUL



Domínio Folha: agora com rotinas automáticas.

Você programa o sistema uma única vez
e esquece de vez essa rotina.



Depois do preenchimento automático da DAS, a Domínio lançou mais uma novidade: o Domínio Folha com rotinas automáticas. Agora, você escolhe quais atividades precisam ser executadas, configura o sistema uma só vez, e todos os meses ele realiza essas rotinas automaticamente, sem intervenção do usuário. O que era fácil, ficou ainda mais simples.

dominio
sistemas

A sua melhor escolha

Informações comerciais:

0800 645 4004

www.dominiosistemas.com.br

aconteceu	4	Neste ano em que o Sescon/RS completa 22 anos, a entidade considerou importante reunir seus acontecimentos e contar a história de sua consolidação. O resultado disso é uma publicação especial que revive as principais ações da entidade, que lançamos neste mês do aniversário. Hoje, nosso sindicato, que congrega mais de 135 categorias, é considerado um dos mais importantes e ativos dentro do Sistema Fecomércio/RS, não só pela representação multisectorial que realiza, mas por manter uma constante liderança e atuação.
geral	5	
economia	6	
especial	8	
informe técnico	12	Nesta edição da revista procuramos saber qual a real situação dos investimentos em infraestrutura no Rio Grande do Sul, e por isso fizemos um levantamento dos pontos básicos. Verificamos que estamos longe de uma situação ideal, mesmo com anúncio de obras do PAC (programa federal) e do governo do Estado. O Brasil só vai crescer se der condições aos setores economicamente ativos da sociedade de se movimentarem e produzirem.
entrevista	14	
gestão	16	Entre os demais assuntos, trazemos como destaque a entrevista com o cardiologista Fernando Lucchese. Ele nos conta que, hoje, espiritualidade e medicina estão mais perto do que se imaginava até então.
artigo	18	
notícias	19	Boa leitura!
crônica	22	



Luiz Carlos Bohn
Presidente

12/03

O curso "Imposto de Renda – Pessoa Física", ministrado pelo contador João Domingues Pinto, teve como tema a análise prática de todos os procedimentos inerentes ao preenchimento da Declaração de Ajuste Anual da Pessoa Física.

16/03**17/03**

O módulo II do curso de Departamento Pessoal foi ministrado pelo técnico em contabilidade e advogado Luciano Kellerman Livi Biehl.

17/03**18/03**

Esclarecimentos sobre principais procedimentos à emissão da Nota Fiscal Eletrônica para mercadorias, serviços sujeitos ao ISS e conhecimento de transporte eletrônico foi o objeto do curso "Nota Fiscal Eletrônica/Escrituração Digital/SPED", ministrado pelo advogado e consultor Nilson Gastaldo Guerra.

23/03

A palestra sobre "Nota Fiscal Eletrônica", cujo objetivo foi informar as empresas sobre as características da nota fiscal eletrônica e seus benefícios, foi ministrada pelo mestreando em gestão empresarial Vinicius Pimentel de Freitas.

24/03

O curso sobre PIS/COFINS teve como objetivo examinar a legislação referente à tributação do PIS e da COFINS em suas diversas modalidades e teve como instrutor o contador e auditor Ronaldo Melo da Silveira.

06/04

A palestra mensal com a participação do psicólogo Wilson Jacques falou sobre o "Funcionamento Proativo das Pessoas, Equipes e Organizações".

04/05

"Como aproveitar a Crise" foi o tema da palestra do mês de maio, que contou com a participação do psicólogo e conferencista Darcy Cabral.

11/05**12/05**

Formar e capacitar os participantes para a prática das rotinas de departamento pessoal foi o objetivo do curso "Departamento Pessoal – Módulo II", ministrado pelo técnico em contabilidade e advogado Luciano Kellermann Livi Biehl.

13/05

"Medida Provisória nº 449/08", curso ministrado pelo contador João Roberto Domingues Pinto analisou detalhadamente todas as alterações na legislação, no que se refere a parcelamento e regime tributário de transição, bem como orientar os profissionais sobre os procedimentos a serem adotados.

16/05

O curso "Atualização Tributária – ICMS/IPI" teve como objetivo a atualização e a reciclagem dos profissionais da área fiscal/contábil, apresentando as principais alterações da legislação do ICMS e do IPI. O curso foi ministrado pelo contador e professor Ademir Varella.

19/05

A advogada atuante na área trabalhista Cleonice Bitencourt coordenou o curso sobre "Retenção de 11% para a Previdência Social – Pessoa Jurídica".



Sindicato dos Empresários de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul

Rua Augusto Severo, 168
Fone: (51) 3343-2040 Fax: (51) 3343-6865
CEP: 90240-480 - Porto Alegre - RS
www.secon-rs.com.br/secon-rs@secon-rs.com.br

DIRETORIA TITULAR

Presidente:

Luz Carlos Bohn

Vice-Presidente:

Jaime Ortínder Subrinho

Dirutor Administrativo:

Barrosklim Moretto

Vice-Diretor Administrativo:

Maurício Gatti

Dirutor Financeiro:

Inêska Fátima Lodi

Vice-Diretor Financeiro:

Diego Ferri Chiarini

Dirutor de Relações do Trabalho:

José Roberto Santo Pires

Dirutor de Assuntos Legislativos:

José Tadeu Jacoby

Dirintor Região Sul:

José Inácio Lenz

Sergio Gilberto Denevart

Luiz Carlos Duarte de Oliveira

Manoeli Orsi Colatto

SUPLENTES

Celso Lalli

Carlos Fernando Polido da Rocha

Décio Brecke

Jorge Luiz Berch

Valdir Ferreira Rodrigues

Marco Franchitti

Tassio Astorgildo Franzen

Iourdes Scatena

Eduardo Boldini Martini

João Carlos Miranda

Jacqueline Pereira Pinto

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Elio Lalli

Osvaldo Schmid

Leônio Pacheco

SUPLENTES

Manoeli Rosa de Freitas

Ilio Frederico Triller

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO

TITULARES

Luz Carlos Bohn

Jaime Ortínder Subrinho

SUPLENTES

José Carlos Kóke

Anônio Capriano Alves

CONSELHO EDITORIAL

Fábio Olino Filho

Luz Carlos Bohn

José Roberto Santo Pires

Manoeli Rosa de Freitas

José Luiz Carvalho

Francke

EDIÇÃO

Francke | Comunicação Integrada

Av. Carlos Gomes, 466 - q. 07 - Bela Vista

Fone/Fax: (51) 3368-7674

www.francke.com.br

Editora Responsável: Manoeli Francke (Reg. Prof. 8511/RG)

Redator: Teresa Maria Scherini (Reg. Prof. 6240/2591/RG)

Direção de Arte: Luciano Braga e. Wier Mello

Valor da Forma

Design é diferencial na competição por espaço no mercado consumidor

O design ganha cada vez mais importância no mercado de consumo, pois é ele que oferece o diferencial para atrair os clientes. Mas design é muito mais do que simples forma, é a combinação estética com a simbólica, funcional e, ultimamente, ecológica. A atividade é bastante valorizada como fator de inovação para manutenção dos negócios nos mais diversos setores. Tem sido um fator de diferenciação para os consumidores nos últimos 30 anos, que passaram a ser mais exigentes.

A atividade se desenvolve ou através dos escritórios de design ou pelos profissionais contratados nas empresas. De acordo com o presidente da Associação dos Profissionais de Design, Mauro Martin, atualmente há mercado para todos. Mas é difícil conceituar a atividade, pois depende dos fatores do projeto, que pode ser ambiental, funcional ergométrico, ecológico, geométrico, mercadológico, simbólica e psicológico.

O design é resultado da junção da criatividade com o uso de ferramentas de projeto a serviço de sua serventia ao consumidor. Pesquisas de novos materiais e compósitos atualmente estão colocando nova ênfase a este trabalho. "O Brasil ainda está pouco representativo nesta área, uma vez que o trabalho se iniciou de maneira focada há apenas 15 anos, enquanto outros países já estão há mais de 30 anos pesquisando a fundo."

Martin lembra que as instituições de ensino promovem a formação de profissionais com foco na sustentabilidade social e ecológica, para que se produzam resultados cada vez melhores, consumindo menos energia possível.

Ele vê o mercado ainda incipiente, com potencial de crescer mais. "Pensa-se apenas nas grandes empresas, que representam 1% do universo produtivo. Mas o design pode e deve também atuar com as pequenas, médias e microempresas, que são um potencial muito grande. Investir em design não é caro, significa dar ao produto um atrativo maior e mais

chances de ter retorno em menor tempo. Mas os empresários também precisam se dar conta disso", lembra ele.

As categorias de escritórios e associações de profissionais em design também são representadas pelo Sescon/RS.

O talento e criatividade desenvolvidos apostam na inovação. "Esse desafio está faltando tanto em empresas e profissionais. Está na hora de quebrar paradigmas, porque isso também é pensar em sustentabilidade", diz Martin.

ESPECIALIZAÇÃO – A Aldeia entrou no mercado em 1997 como escritório de design generalista, mas acabou se especializando em 2000 em estratégias de relacionamento digital. "A demanda de comunicação digital cresceu muito, por ser mais barata e eficiente. As empresas estão apostando em intranet, site e extranet e trabalhando cada vez mais com a mídia social (como orkut e twitter) para se relacionar com todos os seus públicos", explica uma das sócias e fundadoras da empresa, que atua na área de planejamento, Melissa Lesnozsky. Atualmente, o design é mais um dos elementos utilizados pela Aldeia, já que sua atividade assumiu um âmbito maior.

No momento, essas ferramentas de comunicação estão sendo utilizadas apenas por grandes organizações. No portfólio da Aldeia, além dos gaúchos também figuram clientes de outros estados e até do exterior. Melissa revela que a diferença cultural varia muito mais pela filosofia da empresa do que pela sua localização geográfica. Ela admite que a região Sudeste possui setor mais aquecido, mas garante que, hoje, distância não é mais um problema. "As reuniões através de MSN e Skype já estão bem aceitas, o que significa menor custo para as empresas." Um dos seus destaques é ser responsável pelo desenvolvimento do site oficial da modelo Gisele Bündchen desde 2001. "Concorremos com empresas de vários estados. Mas nossa proposta foi a vencedora", conclui.

Falta de água

Estiagem afeta a economia do Rio Grande do Sul como um todo

Os períodos de estiagem no Rio Grande do Sul não são uma novidade, mas continuam causando prejuízos significativos para a economia do Estado. Neste último episódio, ocorrido no verão/outono de 2009, os prejuízos calculados chegaram a R\$ 3,7 bilhões porque atingiram não apenas o setor primário, porém a economia como um todo. Mas há os que falam em até R\$ 6 bilhões de prejuízo à economia gaúcha. Um estudo realizado pela FEE (Fundação de Economia e Estatística) em 2008 revelou que, para cada real perdido no campo, a perda se multiplica por 2,3 nos outros setores ativos, sendo o verdadeiro cálculo das perdas pela falta de chuvas.

Enquanto o agronegócio gaúcho amarga quedas de cerca 47,8% em seu meio, a indústria encolhe igualmente 37,4% e o setor de serviços também não fica de fora, com prejuízos de 14,8%. Os números se referem ao PIB de cada setor e não ao faturamento. "Existe uma distribuição dos efeitos da seca, com a queda direta dos negócios das outras áreas", destaca o pes-

quisador Adelar Fochetta, que também é o atual presidente da FEE. Contudo, o pesquisador avalia que, com a chegada da chuva a partir da segunda metade de maio, o prejuízo possa se amenizar ao longo deste ano. No período 2007/2008, por exemplo, a estiagem trouxe uma queda significativa ao PIB gaúcho, que em vez de crescer 5,9%, chegou a 3,8%.

O investimento em açudes, poços artesianos e irrigação seria uma forma de interromper o ciclo de perdas que volta e meia impacta o Rio Grande do Sul pela pouca precipitação. "Este é um problema estrutural que só pode ser resolvido a médio e longo prazos", explica Fochetta. Ainda entre outras medidas a serem aplicadas está a aposta em plantas geneticamente mais resistentes à falta de água.

"A instabilidade na produção agropecuária repercute no conjunto da economia estadual por estar fortemente interligada a outros setores da sua matriz produtiva. Desse forma, quando a agropecuária apresenta um bom de-

"O investimento em açudes, poços artesianos e irrigação seria uma forma de interromper o ciclo de perdas que volta e meia impacta o Rio Grande do Sul pela pouca precipitação."

semiphenho, outros setores são indiretamente beneficiados." Além disso, como o segmento geralmente tem uma balança comercial interestadual e internacional positiva, injeta renda externa no sistema econômico regional.

Por fim, a agropecuária é a principal atividade geradora de renda de grande parte dos pequenos e médios municípios do Estado, sendo responsável por um quarto de todo o pessoal ocupado, e acaba estimulando as atividades produtoras para o mercado local, formando um círculo virtuoso rural-urbano nessas localidades.

Em 2009, as ações planejadas e realizadas pelo governo do Estado para atender municípios atingidos pela seca já ultrapassam R\$ 43 milhões. Estão incluídos R\$ 4,6 milhões para abertura de microaçudes e R\$ 1,6 milhão para forrageiras. O governo está distribuindo também R\$ 5 milhões para obras de captação de água (com recursos das secretarias da Saúde, Habitação e Obras Públicas) e destinou R\$ 16,6 milhões para cobertura do perdão de dívidas dos produtores com a compra de sementes de milho. Outros R\$ 10 milhões serão destinados a forrageiras e equipamentos de distribuição de água.

Os resultados apontam que a diferença de crescimento provocada pela estiagem sobre o PIB foi de menos 2,1%. Em geral, os maiores efeitos ocorrem sobre os

setores que fazem parte do agronegócio, que processam, industrializam e distribuem produtos agrícolas e derivados. Outros resultados importantes são as contribuições setoriais para a diferença do crescimento do produto potencial em relação ao observado. Essas contribuições levam em conta a estrutura setorial de 2007, que, segundo as estimativas da FEE, foi de 10,9% para a agropecuária, 27,6% para a indústria e 61,5% para os serviços. Importa destacar-se a contribuição da indústria de 0,8%, que é muito próximo à da agropecuária, de 1,0%.

Isso mostra que o setor primário gaúcho é fortemente interligado ao setor industrial, particularmente aos segmentos que compõem o agronegócio. A meta da Siuma (Secretaria Extraordinária da Irrigação e Usos Múltiplos da Água) é construir, até o final deste ano, 6 mil microaçudes e 1,5 mil cisternas. Os microaçudes custam, em média, de R\$ 7 mil a R\$ 50 mil e têm capacidade para irrigar de 10 a 15 hectares de pasto e entre 5 e 10 ha de grãos.

O Pró-Irrigação contempla ainda a construção de barreiros e de miniaçudes nas regiões mais atingidas. Seriam necessários US\$ 8 bilhões no prazo máximo de 10 anos para colocar um ponto final ao problema da estiagem. Enquanto esses recursos não vêm é preciso adequar medidas à realidade de caixa vigente.

Entre o sonho



e a realidade

Muitos planos e realizações modestas no setor de infraestrutura do Estado

Os gaúchos anseiam por obras de infraestrutura que permitem ao Rio Grande do Sul ter melhores condições para desenvolver sua economia, em todos os setores. Tanto por parte do governo estadual como do federal há muitas promessas e projetos, mas no plano concreto pouco se conclui. Atualmente as esperanças se voltam para os itens do PAC (Plano de Aceleração de Crescimento) – principal plano estratégico para livrar o país de um apagão logístico com volume de investimentos de 12,1% em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) de 2007 – no Rio Grande do Sul e para os anúncios do governo do Estado. Estudos da própria Fundação de Economia e Estatística do Estado apontam que os investimentos públicos podem gerar um impacto de 1,12% no PIB e de 1,43% no emprego. “Além disso, há evidências de que essa política de expansão dos investimentos pode beneficiar majoritamente a geração de emprego nas camadas de renda mais baixa, notadamente até dois salários mínimos”, diz o documento.

Carlos Cardoso, economista da Fecomércio/RS, cita uma frase do presidente Washinton Luiz: “Para governar é preciso construir estradas”. Ele conta, no entanto, que só no RS, 114 municípios ainda não têm ligação asfáltica, fato que iribe o seu crescimento e do próprio estado. Explica ainda, como exemplo, que o túnel de Morro Alto, na BR-101, vai encurtar a viagem em 11 quilômetros e gerar uma economia anual de R\$ 10 milhões só pelo tempo e combustível dos viajantes, sem contar com as possibilidades de ganho pelo desenvolvimento. “Todo o entorno melhora, desafoga o trânsito e escoa mais fácil a produção e mercadorias.”

Por parte da Assembleia Legislativa do RS, o Grupo Executivo de Acompanhamento de Debates sobre Infraestrutura

examinou as áreas básicas e apontou os pontos fracos. No Transportes, elaborou um inventário preliminar de intervenções e projetos com propostas desde asfaltamento de acessos municipais para evitar a perda da safra gaúcha até a construção de terminais intermodais, intervenções para melhoria do tráfego terrestre internacional e a eliminação de gargalos legais e institucionais. De acordo com o relatório, as principais obras que podem incrementar em 75% a competitividade do Rio Grande do Sul são melhorias da mobilidade metropolitana, especialmente na BR-116, por onde circulam atualmente em torno de 80% do PIB gaúcho, com um trânsito diário de mais de 120 mil veículos; ampliação da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho, possibilitando o acesso de aeronaves de maior capacidade de transporte de cargas nacional e internacional; investimentos na modernização do Porto do Rio Grande.

No área de Energia, o relatório sugere a criação de um programa estadual de eficiência energética que possibilite a disseminação de conhecimentos no uso racional de energia e recursos naturais, além de permitir a redução da demanda em regiões críticas no abastecimento. O programa também permitirá que muitos setores produtivos se tornem mais competitivos. Na geração hidrelétrica, a ideia é incentivar e criar regras específicas para que as usinas, PCMs e MCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas e Micro Centrais Hidrelétricas) respectivamente sejam construídas o mais breve possível, principalmente para o suprimento rural adequado (dentro do programa Luz para Todos). Falta ainda buscar alternativas para resolver problemas relativos à necessidade de aumento de carga, nas redes particulares e nos ramais de profundidade no meio rural; incentivar a implantação dos projetos Usina Pai Querê, Garabi

e Itapiranga e a construção das obras e projetos de linhas de transmissão e de subestações; atender com projetos específicos as novas áreas de desenvolvimento, tais como a bacia leiteira, silvicultura, fruticultura e orizicultura.

Cardoso lembra que mesmo quem queira construir por conta própria um PCH ou MCH esbarra na burocracia da licença ambiental, que leva anos para ser liberada. "Em 2007, um estudo da CNT (Confederação Nacional do Transporte) mostrou que somente 26% das rodovias do país – base do transporte nacional – estão em boas condições de trafegabilidade. No Estado, o número é de 46%, mas apesar disso, em sua grande maioria, são de pista simples". Diz ainda que a apostila em transporte hidroviário poderia fazer a diferença – hoje esta modalidade corresponde a apenas 3,6% da movimentação de cargas estaduais –, reduzindo o volume de 85,3% do total transportado na estrada para 58%. Na Saneamento é preciso enfrentar os gargalos e as demandas ambientais do Rio Grande do Sul. O aperfeiçoamento da legislação e da gestão nos sistemas ambiental e de recursos hídricos, poderia articular ações de saneamento com planos e programas dos comitês de bacias hidrográficas.

PAC

Os recursos destinados ao metrô Metropolitano de Porto Alegre no PAC ajudaram a elevar o montante de R\$ 19,8 bilhões do PAC no Estado para os atuais R\$ 23,3 bilhões. "Considerando obras que serão concluídas depois de 2010, a soma ultrapassa R\$ 30 bilhões", já garantiu a ministra Dilma Rousseff.

Além disso, cerca de R\$ 295 milhões do PAC asseguram a execução de obras de urbanização de favelas e saneamento em 19 municípios gaúchos. Já para setores da economia preocupados com a solução dos problemas de infraestrutura logística como duplicação de estradas, construção de contornos ferroviários e acessos aos portos, o balanço do PAC desanima, por ver paradas tantas obras importantes para a área logística. Recuperar essa infraestrutura é a grande necessidade do Estado.

"Assim, somente investindo nestas áreas, com o propósito de aumentar a produtividade, poderá haver competitividade dos produtos gaúchos nos mercados interno e externo."

"Temos um conjunto de demandas que abrange rodovias, principalmente, portos e hidrovias, bem como questões sobre ferrovias e aeroportos. Há anos participamos da confecção e atualização de sobre a Logística do Transporte como fator competitivo e apresentado às autoridades estaduais e federais, sem falar que participamos de diversos fóruns, como a Agenda 2020. Mas não temos um retorno adequado. Os investimentos não acontecem na velocidade de que necessitam", afirma Arno Gleisner, coordenador do Conselho de Comércio Exterior da Fecomércio/RS.

Sob o ponto de vista econômico, a economia do Estado já é maior do que a sua infraestrutura logística é capaz de comportar, encarecendo o custo de transporte dos produtos gaúchos e se constituindo num limitador ao crescimento econômico gaúcho. Assim, somente investindo nestas áreas, com o propósito de aumentar a produtividade, poderá haver competitividade dos produtos gaúchos nos mercados interno e externo.

Por enquanto, apenas uma das 20 obras listadas para o Rio Grande do Sul foi concluída, na área de transmissão de energia, entre a transmissão de Machadinho (RS) a Campos Novos (SC), que levará energia a seis municípios dos dois Estados. Segundo o anúncio, 21% dos recursos previstos até 2010 no Rio Grande do Sul já foram executados com as respectivas obras, entre elas, a plataforma P-53, em Rio Grande.

CONTA-GOTAS

A Rodovia do Parque (BR-448), apontada como uma das soluções para o caos da BR-116 entre Porto Alegre e Novo Hamburgo, está mais próxima de sair. A entrega das propostas das empresas interessadas em realizar a obra, organizada em R\$ 850 milhões, ocorreu no final de maio, em Brasília. Ao todo, 17 construtoras participaram do processo. A previsão é de que as obras comecem em agosto de 2009 e terminam no final de 2011. Enquanto isso não acontece, soluções paliativas foram apresentadas pelas classes empresariais – em coro com a Agenda 2020 já há três anos –, como a remodelagem da Ave-

reduzindo os custos de frete. Segundo Pedro Brito, secretário-especial de Portos, projetos e licenças ambientais estão prontos e só na dependência de indicação de recursos no orçamento da União. Também está decidida a construção de novo cais, com 1.125 metros em Rio Grande. A conclusão seria final de 2010 até primeiro trimestre de 2011.

Quanto à urgência da ampliação do aeroporto Salgado Filho, o economista da Fecomércio conta que uma empresa gaúcha importou uma máquina de grande porte dos EUA, mas o avião que a transportava, pelo tamanho, teve de pousar em Campinas e o maquinário seguir até o Rio Grande do Sul pela estrada. "Veja o tamanho do custo. Pousar aqui ou Campinas é a mesma coisa para o avião, mas a empresa precisou arcar com todo o custo de transporte até aqui, sem falar no tempo que a operação demandou. São entraves assim que precisam acabar."

Outros gargalos da infraestrutura regional são a ligação rodoviária de Pelotas a Rio Grande e a duplicação da BR-116 entre Eldorado do Sul e Pelotas. Entre projetos que estão na lista de lançamento para 2009 consta ainda o edital para estudo e projeto executivo da segunda ponte do Guaíba, a ser lançado nos próximos meses, que não tem, porém, prazo nem garantia de orçamento para projeto. Ao todo, o PAC Urbanização de Favelas e Saneamento no RS tem R\$ 616,3 milhões em obras que estão em fase de contratação e outros R\$ 378,1 milhões em obras que estão em licitação.

Já o Programa Duplica RS do governo do Estado, cortado em um terço da proposta original, vem funcionando, ainda que a conta-gotas. Na parte de estradas, está destinando R\$ 88 milhões para obras de 25 acessos municipais, dos quais R\$ 12,6 milhões custeiam obras começadas. Em destaque a governadora anunciou no início de junho a retomada das obras a pavimentação do Eixo Norte da RSC-471.

O secretário de Infraestrutura e Logística, Daniel Andrade, reforça que todas as 55 obras rodoviárias em andamento serão concluídas. As melhorias integram o programa Estado na Estrada, para recuperação da malha viária do Rio Grande do Sul e complementação do programa estruturante Duplica RS.

"Considerando obras que serão concluídas depois de 2010, a soma ultrapassa R\$ 30 bilhões." (ministra Dilma Rousseff)

nida Guilherme Schell e a anexação da terceira faixa entre Porto Alegre e Canoas. Já em execução estão as obras de extensão do metrô de São Leopoldo a Novo Hamburgo, que apesar do andamento sofrem um atraso histórico de quase 30 anos.

Em junho deste ano foi assinado o contrato para a dragagem de aprofundamento do canal de acesso ao terminal de Rio Grande. Com o novo calado, ele será um dos portos mais profundos do Brasil e dos países vizinhos, passando dos atuais 14 metros para 18 metros no canal externo (fora dos molhes da barra) e de 14 metros para 16 metros no canal interno (entre os molhes e o píer petroleiro). Serão dragados 16 milhões de metros cúbicos com aplicação de R\$ 196 milhões, provenientes do PAC. A previsão é iniciar as obras até o final de agosto. Com o aprofundamento os navios que atualmente operam em Rio Grande e não utilizam sua capacidade máxima de carga, devido ao calado, poderão completar sua carga ao máximo,

Investimento seguro

Programas de saúde e proteção
aos trabalhadores geram benefícios a todos



A segurança e a proteção à saúde do trabalhador, incluindo os programas de prevenção de riscos ocupacionais e ambientais, estão recebendo atenção especial da sociedade brasileira e, consequentemente, dos órgãos de fiscalização e dos sindicatos. De acordo com a legislação brasileira, todas as empresas, independentemente do número de empregados ou do grau de risco de suas atividades, estão obrigadas a elaborarem e implementarem dois programas: um ambiental, o PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), e outro médico, o PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional).

O PPRA, previsto na Norma Regulamentadora nº 9, aprovada pela Portaria do MTE nº 3.214/1978, visa à preservação da saúde e à integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, sejam químicos, físicos e biológicos presentes nos locais de trabalho. Mesmo se não existirem riscos ambientais identificados nas atividades desenvolvidas na empresa, há a necessidade de elaboração do programa.

O PCMSO, previsto na Norma Regulamentadora nº 7, igualmente aprovada pela Portaria do MTE nº 3.214/1978, é um programa médico que deve considerar questões incidentes sobre o indivíduo e a coletividade de trabalhadores, privilegiando o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre sua saúde e o trabalho. Esse programa tem caráter de prevenção, tratamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza subclínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.

As empresas, cada vez mais, fazem uso da Ergonomia (que está regida pelo NR 17) para oferecer conforto e segurança aos trabalhadores. Ela é o conjunto de estudos que visam à organização metódica do trabalho em função do fim proposto e das relações entre o homem e sua atividade laborial, com a finalidade de promover a saúde e proteger sua integridade no local de trabalho.

A grande vantagem de se implantar um programa de ergonomia é a melhoria da qualidade de vida no trabalho dos funcionários, prevenção e proteção à saúde, proporcionando uma maior interação entre o funcionário e empresa, quando da investigação das funções, modo operatório e sentimento dos trabalhadores em relação a sua atividade profissional. Tudo isto se traduz em melhoria das condições e produtividade na organização.

De acordo com o advogado Felipe Mosmann Cunha, "uma peculiaridade digna de nota relativa à NR 7 é aquela constante em seu item nº 7.4.3.5, que ao mesmo tempo em que estabelece a

obrigatoriedade dos exames médicos admissional/periódico/retorno/demissional, estabelece os seus prazos de validade". Com isso, para as empresas de grau de risco 1 e 2, os exames têm validade de 135 dias, enquanto que para as empresas de grau de risco 3 e 4 é de 90 dias, segundo enquadramento do quadro I da NR 4.

A ergonomia ajuda a identificar oportunidades de melhorias, de forma que a área de clima organizacional possa estabelecer ações de melhorias, com relação à interação entre líder e liderados.

"Atualmente, tanto o MTE quanto os sindicatos profissionais

"A grande vantagem de se implantar um programa de ergonomia é a melhoria da qualidade de vida no trabalho dos funcionários, prevenção e proteção à saúde, proporcionando uma maior interação entre o funcionário e empresa."

vêm pressionando cada vez mais as empresas para elaborarem e atualizarem estes programas", lembra ele. O MTE, através da fiscalização, e os sindicatos profissionais adotando como arma a recusa da homologação de rescisões de contrato de trabalho, condicionando-as à apresentação destes programas, destaca o advogado.

Por isso, baseado neste contexto, Cunha aconselha a elaboração dos programas acima referidos, que além de afastar o risco com autuações, proporciona um ambiente de trabalho saudável, gerando benefício para as empresas, uma vez que reduz a incidência de acidentes e de doenças ocupacionais. Quanto ao rendimento específico dos trabalhadores, por ser bastante recente o cuidado com este aspecto da atividade laboral, ainda não existe um indicador que traduza de forma exata um aumento, após a implantação de um programa de ergonomia. Entretanto, a redução de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho é significativa, e deve ser levantada como a principal justificativa para a sua implantação.

Estilista de vida

O cardiologista e pesquisador Fernando Lucchese nunca parou de buscar qualificações e possui em seu currículo uma experiência de mais de 25.000 cirurgias cardíacas e 100 transplantes do coração. Participou de inúmeras atividades de aperfeiçoamento no exterior. É professor de cardiologia da FFFCMPA (Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre) desde 1981 e do Pós-Graduação de Cardiologia em níveis de mestrado e doutorado da UFRGS desde 1984. Lucchese é autor de inúmeros trabalhos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Desde 1992 é diretor do Hospital São Francisco de Cardiologia e Transplantes, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Lucchese ampliou seu consultório ao passar a publicar seus conselhos e dicas em livros, que já se transformou em uma coleção de 12 publicações, que mostram que a saúde é um resultado de um estilo de vida e não apenas de sorte.

Como definir qualidade de vida do ponto de vista de saúde?

Falar de qualidade de vida em saúde não é um termo adequado. Qualidade de vida se refere à aquisição de bens que promovem conforto às pessoas. Quando se pensa e se faz referência à saúde, o correto é falar em estilo de vida, deve ser considerado como um diferencial a organização financeira, profissional, familiar e lazer. Almejar isso é estilo de vida que é igual a saúde que é igual à felicidade.

Quais os fatores que estão trazendo mais longevidade às pessoas?

A longevidade não é um ponto de chegada, é uma construção de felicidade. E não adianta ficar esperando, não se consegue nada. Quem está feliz tem saúde, é o que funciona. Caíram os paradigmas do século 20: a competição, o stress, a disputa são todos elementos que ao final não levam a nada e fazem muito mal à saúde. Hoje é preciso levar em conta a espiritualidade para contribuir com a longevidade e, claro, existe toda uma tecnologia que permite detectar antecipadamente problemas de câncer, derrame e infarto, pois agora se detecta geneticamente.

O fator psicossomático tem importância no surgimento de doenças?

A OMS (Organização Mundial de Saúde) já definiu que a medicina preventiva é um grande negócio, muito mais do que a curativa. Essas três doenças, câncer, derrame e infarto, são responsáveis por matar 70% da população que adoece. Cuidados com pressão, colesterol, glicose e com obesidade, esses são os detalhes que precisam ser levados em conta.

Hoje ocorre uma grande revolução de paradigmas, a medicina passa mais tempo na prevenção do que operando. E o fator psicossomático é levado em conta, pois se comprehende o quanto é responsável por desenvolver doenças. Não se pode descuidar do lado espiritual. Já está provado que sentimentos como raiva, mágoa, tristeza e frustração desencadeiam males no organismo.

Nos EUA, nos anos 60, havia uma disciplina de medicina psicossomática, depois foi deixada de lado e hoje volta a ser valorizada. Hoje ela está mais ampla e envolve espiritualidade e religiosidade, entra nos aspectos pessoais. Digo para os meus alunos que sejam metidos nas vidas dos pacientes para saber o que os aflige e o que pode ser a origem dos problemas, pois isso vai auxiliar o tratamento. E este indicativo na medicina vai progredir.



"Hoje é preciso levar em conta a espiritualidade para contribuir com a longevidade e, claro, existe toda uma tecnologia que permite detectar antecipadamente o problema."

Na atualidade, se dá ênfase à alimentação como um dos cuidados de manter a saúde. Contudo, em certos textos se fala que a alimentação devia ser como nos tempos da "vovó". Mas no tempo da vovó a longevidade não era como a de hoje...

Hoje sabemos que a comida rápida, o fast food que leva à ingestão de muita gordura saturada, farinhas refinadas, doces, tudo em excesso, levou a população a ficar doente, pelo desvio alimentar. Saíram as frutas e verduras e outros alimentos saudáveis como amendoim e amêndoas. Agora estamos dando a volta, estamos mudando, os próprios restaurantes fast food estão mudando, percebem a preocupação dos consumidores.

Qual o maior inimigo da saúde na atualidade?

O grande problema hoje mundial é a obesidade, a ingestão de carboidratos e gorduras em excesso. Mas as pessoas estão se dando conta. Não usam mais banho, preferem óleo de oliva, carne branca e peixe, frutas e verduras.

Os causadores de aterosclerose são fumo, gordura, diabetes, obesidade, sedentarismo. Aliás, a obesidade se tornou uma grande epidemia. Mas nos EUA e na UE já se está dando a volta nos casos de doenças causados por esses problemas, pelo excesso de alimentos. Por aqui ainda vai demorar mais um pouco, pois é uma construção progressiva.

O que o levou a escrever seus livros? O senhor tem relato de pessoas que tiveram benefícios com seus conselhos escritos (por exemplo, alguém que leu e mudou de hábitos)?

Uma consulta médica é muito rápida, não permite que se passe uma série de informações a cada paciente. E foi por sentir necessidade de entregar mais informações com clareza que precisei de um consultório que resolvi fazer os livros. São quase 500 mil exemplares vendidos. E tenho retorno das pessoas. Vários me dizem: "Este livro me salvou, agora sei como lidar com o diabetes". Meu objetivo é escrever livros necessários e descomplicados.

Livros do Autor: Comer Bem, sem Culpa (Junto com José Antônio Pinheiro Machado [Anonymus Gourmet] e Carlos Henrique Iotti); Confissões & Conversões – 25 Regras para O Tempo de Mudar; Desembarcando a Hipertensão; Desembarcando a Tristeza; Desembarcando o Colesterol; Desembarcando o Diabetes; Desembarcando o Sedentarismo (Junto com Cláudio Nogueira de Castro); Dieta Mediterrânea com Sabor Brasileiro (junto com José Antônio Pinheiro Machado [Anonymus Gourmet]); Fatos & Mitos sobre sua Saúde; Pilulas para Prolongar a Juventude; Pilulas para Viver Melhor; Viajando com Saúde; Comunicação Médico-Paciente: Um Acordo de Cooperação (com o professor Flávio Ledur).

Processo judicial eletrônico

Agilidade e rapidez podem aliviar a montanha de papel que o Judiciário é obrigado a manter

Funciona a título de projeto-piloto em alguns setores do Judiciário a utilização do Processo Judicial Eletrônico. Por ele, fica estabelecido o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais, permitindo a utilização de documentos eletrônicos com o uso da assinatura digital no Judiciário e do uso de Diário da Justiça via portal web para publicações eletrônicas oficiais. Desta forma, busca-se de acabar com as montanhas de papel que se acumulam naquele Poder. Para evitar a falsificação da assinatura digital (integridade) e garantir a autoria do documento eletrônico enviado através da assinatura digital (autenticidade), utiliza-se a certificação digital.

A sistematização do processo judicial virtual e a consequente instituição da "justiça sem papel" é apontada por alguns como a mais inovadora e revolucionária mudança vivida pela justiça brasileira nesta primeira década do século 21. Implementará, pelas profundas transformações que enseja, verdadeira reinvenção do processo, com a consequente readequação ou readaptação do papel de todos os seus operadores (advogados, defensores, procuradores, servidores e juízes).

A inovação está em que a tecnologia da informação passa a ocupar posição central no processo judicial, pelo menos enquanto método ou insumo de produção e serviço, dada a ausência do papel como meio físico de registro da informação e da documentação. Os elementos de prova, por exemplo,

subsistirão no "caderno virtual" apenas como marcas digitais do que realmente são em concreto, e nesse modo não mais residirão dentro do processo, mas exclusivamente fora dele.

A lei que orienta o tema foi sancionada pela Presidência da República em 19 de dezembro de 2006 (Lei nº 11.419/2006), após três anos e meio tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal e mais seis meses na Comissão equivalente (CCJC) da Câmara dos Deputados. A assinatura digital é um método que garante que determinada mensagem não seja alterada durante seu trajeto por ser cifrada. Uma vez recebida, o destinatário compara o conteúdo da mensagem original com o da cifrada, para se certificar de que não houve alteração.

Mas a origem do processo judicial virtual está na Lei nº 9.800/99 (que permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais) como aquela que deu o primeiro passo ao permitir às partes a utilização de sistemas de transmissão de dados para a prática de atos processuais através do fac-símile, mas destacou o problema de ter que entregar os originais no prazo de cinco dias, não havendo ainda a substituição do papel.

O grande número de demandas e o número insuficiente de Juízes resultou na sobrecarga do Judiciário. Esta modalidade poderia fornecer à Justiça brasileira agilidade e modernidade, qualidade que não existe naquele órgão, colocando-o

definitivamente na era digital. Mas mesmo com o uso de meios eletrônicos no processo judicial, ele continua sendo físico, real e concreto, nunca virtual. Como aponta o advogado Eduardo Caringe Raupp, os processos referentes ao INSS já desfrutam dessa possibilidade, bem como diversas varas da Justiça do Trabalho da 4º Região. "Existe a possibilidade do envio do e-doc, petições via e-mail com a garantia da certificação digital", diz ele.

Este assunto, conta o advogado, tem sido discutido em diversas esferas do Poder Judiciário, que busca imprimir agilidade maior em seu trabalho. "Estamos nos preparando para que num futuro nem tão distante, mas ainda que sem data para acontecer, todo o processo não será mais em papel." Isto incluirá, inclusive, que serão colocados à disposição nos fóruns computadores para que todos tenham acesso a sistema informatizado. O Conselho Nacional de Justiça, em sua resolução 123 de 2007, já analisa o assunto.

A adoção do Processo Judicial Eletrônico pode trazer notáveis inovações, embora em alguns pontos manifeste-se apenas como uma maneira diferente de realizar alguns Atos

"Esta modalidade poderia fornecer à Justiça brasileira agilidade e modernidade, qualidade que não existe naquele órgão, colocando-o definitivamente na era digital."

Processuais, em outros, implica uma verdadeira revolução conceitual. Conceitos como papel da internet, por exemplo, devem ser definidos.

A utilização dos meios eletrônicos na prática de atos processuais irá se tornar viável na medida em que o Direito evolui – moldando-se às necessidades da sociedade que está em constante transformação. Porém, como todo fato novo, necessita de observação e análise para que sua utilização não tenha pontos controvertidos, reavaliar conceitos e reformular práticas jurídicas.

Sistema CNJ - Projudi é um software de tramitação de processos judiciais mantido pelo Conselho Nacional de Justiça

"O processo judicial virtual, base da chamada 'justiça sem papel', já é uma inexorável realidade no Brasil e não há mais como fugir dela."

e em franca expansão em todos os estados do Brasil. É um programa de computador desenvolvido com as funcionalidades básicas para a tramitação de um processo judicial de natureza cível em meio eletrônico e que, posteriormente, foi disponibilizado para os tribunais de Justiça de cada estado brasileiro, para que fosse implantado e para que as secretarias de informática de cada tribunal pudessem trabalhar neste programa, aperfeiçoando as funcionalidades. Trata-se de um software livre, ou seja, os tribunais não pagam pelo uso do programa e, por conseguinte, não são submetidos a empresas privadas detentoras dos programas e de várias informações sobre o sistema dos tribunais, hoje utilizados em alguns estados.

Atualmente, 19 dos 27 estados brasileiros aderiram ao Projudi. Seu nome decorre das iniciais de Processo Judicial Digital. O processo judicial digital, também chamado de processo virtual ou de processo eletrônico, tem como premissa gerenciar e controlar os trâmites de processos judiciais nos tribunais de forma eletrônica, reduzindo tempo e custos. O principal intuito é a completa informatização da Justiça, retirando burocracia dos atos processuais, o acesso imediato aos processos, bem como a melhoria no desempenho das funções próprias de cada usuário, o mesmo acessa somente o módulo que ofereça as funções de que ele necessita para desenvolver suas atividades.

A evolução dos fatos demonstra que o processo judicial virtual, base da chamada "justiça sem papel", já é uma inexorável realidade no Brasil e não há mais fugir como dela. Para os operadores do Direito, os ganhos são grandiosos. Além da economia financeira para os tribunais de Justiça, com alugueis de galpões para servirem de arquivos, com pessoal, materiais de papelaria, mobiliário nas secretarias de juiz, economia de espaço físico; existe também a economia processual, a automação de vários atos processuais, bem como o alcance da segurança e autenticidade dos atos processuais, transparência, rapidez e um maior controle sobre o judiciário pela sociedade.

Comissões de Conciliação Prévia

Uma Década de “Segurança Jurídica”



Em janeiro de 2010 completaremos uma década da edição da Lei nº 9.958/00 que introduziu dispositivos na CLT prevendo o funcionamento das Comissões de Conciliação Prévia. A importância do instituto como mecanismo de resolução dos conflitos do trabalho é inquestionável. São muitas as comissões em funcionamento em todo o país que vêm contribuindo para o desafogamento da Justiça do Trabalho e para a solução célere dos conflitos decorrentes da relação de emprego.

A existência de comissões que atuam ao arrepio da lei, em alguns casos travessidas de agentes homologadores, não coloca em risco o instituto. Registre-se que estes órgãos fraudulentos têm sofrido a fiscalização do Ministério Público do Trabalho e hoje estão fadados ao desaparecimento.

Questão que está pacificada é aquela que envolve a validade dos acordos ajustados em âmbito das comissões. Com efeito, as decisões da Justiça do Trabalho acolhem integralmente o dispositivo no parágrafo único do art. 625-E da CLT, que estabelece o termo de conciliação como título executivo extrajudicial com eficácia libertatória geral. A segurança jurídica das conciliações extrajudiciais, grande apreensão dos empresários quando da promulgação da lei, hoje está garantida.

Cumpre destacar que durante todo esse período tramita em âmbito do STF Ação Direta de Inconstitucionalidade que questiona a legalidade das Comissões e principalmente a obrigação de que os conflitos sejam previamente a elas submetidos, como condição da ação trabalhista. Recentemente foi concedida liminar no sentido de que não há necessidade da tentativa de conciliação para o ingresso com ação trabalhista.

Na esfera trabalhista não existe uniformidade sobre o tema, e o Tribunal Superior do Trabalho já decidiu que não pacifi-

cará a matéria antes do pronunciamento do STF. Com a manifestação liminar, talvez o TST enfrente a matéria. Ministros importantes do TST, como o decano Vantuil Abdala, Brito Pereira e Ives Gandra Martins Filho, se filiam à corrente que sustenta que o preceito legal é imperativo no sentido da submissão e não da facultatividade, impondo-se a extinção sem julgamento de mérito quando o conflito não passou pela comissão. A SDI, em 2007, julgou neste sentido, não sendo outro o entendimento da sétima turma.

Outros ministros sustentam que a nulidade pode ser sanada durante o curso do processo judicial e que em caso de processo que teve o mérito julgado nas instâncias inferiores a extinção seria um desperdício de tempo e dinheiro, indo contra os princípios basilares da economia e da celeridade processual. O ministro Lélio Bentes se filia à indigitada corrente, que tem norteado as decisões da 1^a e 6^a turmas do TST.

Finalmente, na 2^a, 3^a e 5^a turmas prevalece o entendimento de que a passagem pelas CCPs é facultativa, não sendo pressuposto processual ou de condição da ação. A ministra Kátia Arruda, que se filia à corrente, acrescenta que se fosse requisito para o ajuizamento da ação, o dispositivo legal estaria ferindo o princípio constitucional do livre acesso à Justiça.

Discussões à parte quanto à obrigatoriedade ou facultatividade da submissão prévia do conflito trabalhista às comissões de conciliação, resta cristalizado na Justiça do Trabalho o entendimento da eficácia das transações operadas nas comissões, o que garante segurança jurídica ao empregador e ao empregado que optam pela modalidade extrajudicial de solução do conflito abrigada pela legislação trabalhista. Este entendimento é que esperamos seja confirmado pelo Supremo Tribunal Federal.

Flávio Obino Filho

Jantar de 22 anos do Sescon/RS

O Sescon/RS comemorou no dia 22 de junho seu aniversário de 22 anos. A solenidade festiva foi realizada no Leopoldina Juvenil, quando o sindicato foi homenageado pela Fecomércio/RS e pelo Sindilojas Porto Alegre. Também foi lançado um livro contando a história do sindicato. Entre autoridades e convidados, o presidente da Fenacan, Valdir Pietrabon; o presidente da Fecomércio/RS, Flávio Sabbadini; o deputado Alberto Oliveira, representando o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; o presidente do CRC/RS, Rogério Rokembach; o ex-governador Germano Rigotto e o presidente da Junta Comercial do RS, Jorge Luiz Costa Melo. A governadora Yeda Crusius se fez presente através de uma mensagem em vídeo, saudando a passagem do aniversário da entidade que tem sido importante na alavancar do desenvolvimento do Estado gaúcho.

O presidente Luiz Carlos Bohn homenageou os que o precederam no cargo, repassando a história da entidade. "Foi movido pela doação coletiva que Joel Carlos Käbe assumiu o desafio de ser o primeiro presidente do Sescon/RS, que à época vivia muitas das vezes de recursos dos próprios dirigentes. Ivan Carlos Gatti, Jaime Gründler Sobrinho, Barcelides Moresco, Nestor João Biehl e outros abnegados já participavam da entidade. A lição de Gatti continua atual: 'Cada empresário pode muito pouco ou nada na luta em defesa dos seus interesses. Associam-se visando ganhar o poder da representatividade. O produto da união é a entidade sindical, que será tão mais legítima quanto mais se justapuser de corpo e alma à categoria representada'", destacou ainda.

Bohn afirmou que "o nosso sindicato é o somatório da doação permanente, sem data marcada, de alguns, em proveito de toda uma coletividade empresarial. Foi a necessidade da defesa de interesses comuns que levou empresários da contabilidade, no hoje longínquo ano de 1975, a criar, dentro do Conselho Regional de Contabilidade, o Departamento das Escritórias Contábeis. O DEC foi o embrião do Sescon. As marcas da doação coletiva, da paixão pelo associativismo e da razão que aponta no sentido da união em torno de um objetivo comum constam anotadas à margem da certidão de nascimento do Sescon, na criação da associação profissional em 1978, e na Carta Sindical de 1987".



Encontro de Presidentes da Região Sul - Fenacon

Reuniram-se, no dia 22 de junho, na sede do Sescon/RS, os Presidentes da Região Sul da Fenacon. Um dos temas da reunião foi a divulgação das ações que a Fenacon está implementando com o objetivo de orientar as empresas em relação ao MEI - Micro Empreendedor Individual. Foram discutidos também assuntos de interesse dos sindicatos e de seus representados. Participaram do evento o presidente da Fenacon, Valdir Pietrabona, o vice-presidente da Região Sul, Luiz Antonio Martello, e os presidentes, Luiz Carlos Bohn (Sescon/RS), Augusto Marquart Neto (Sescon GF), Marcelo Gaviani (Sescon Londrina), Leomir Antônio Minazzo (Sescon Blumenau), Mario Berti (Sescap PR), Elias Barth (Sescon SC), Marco Antônio Dal Pai (Sescon Serra Gaúcha), Tiago Dal Corno, Vice-Presidente da Sescon/Serra Gaúcha, e o assessor jurídico, Flávio Obina Fº.



Interiorização

abril/2009

No dia 14 de abril foi realizado o curso "IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica", ministrado pelo contador Ronaldo Melo da Silveira. O curso teve como objetivo examinar a legislação referente à tributação de imposto de renda das pessoas jurídicas, e foi realizado no Escritório Regional do Sescon/RS, sediado no SincontecSinos, em São Leopoldo.

maio/2009

No mês de maio o Sescon/RS esteve presente nos municípios de Lojeadão, Bento Gonçalves, Guaiuba e Cachoeira do Sul, sendo representado pelos seus diretores regionais nos Seminários de Assuntos Contábeis, promovidos pelo CRC/RS.

junho/2009

Em 16 de junho, foi realizado curso "Procedimentos Fiscais e Tributários", no Escritório Regional do Sescon/RS, sediado no SincontecSinos, em São Leopoldo. O curso foi ministrado pelo contador Ademir Vanzella.

Comitê Setorial SESCON/RS

45ª Reunião da Qualidade

O Comitê Setorial Sescon/RS esteve presente na 45ª Reunião da Qualidade, realizada dia 28 de abril, no Teatro do Sesi. O presidente Luiz Carlos Bohn participou da reunião-almoço com os presidentes do Conselho Superior e Conselho Diretor do PGQP, e com os presidentes dos Comitês Setoriais e Regionais do Estado. Na ocasião, os coordenadores do Comitê também participaram da Sessão Fechada destinada aos Comitês, com o objetivo de atualizar suas informações com relação às diretrizes do PGQP e trocar experiências positivas quanto à condução dos Comitês.

Curso "5S"



Com o objetivo de proporcionar um entendimento sobre os cinco sensos – utilização, ordenação, limpeza, saúde e autodisciplina – e sobre o processo de implantação, o Comitê Setorial Sescon/RS – PGQP realizou, dias 14, 15 e 18 de maio, o curso "5S – O primeiro passo para um ambiente de qualidade". Com carga horária de 16 horas, foi ministrado pela administradora de empresas e mestra em engenharia de produção Ana Lucia Roth, na sede do Sescon/RS, em Porto Alegre.



Receita de inverno

carne de cordeiro e bom vinho

Por DANILÓ UCHA

danioucha@terra.com.br

Um bom vinho pede um bom prato para acompanhar, principalmente, no inverno. O que está na moda, no País todo, até no Nordeste, é a carne de cordeiro. Preparada de várias maneiras, mesmo no tradicional assado ou churrasco, sendo cordeiro mesmo e não ovelha velha, é deliciosa, suave, macia e apetitosa.

Como preparar pratos com carne de cordeiro, o leitor encontra em muitos manuais – “Cordeiro na Mesa” e “Confraria do Cordeiro” são livros que eu editei – e também na internet, mas também é bom conhecer os restaurantes da cidade que oferecem boas alternativas. Há cinco anos, era difícil encontrar pratos com cordeiro nos restaurantes de Porto Alegre. Hoje, quase todos a ostentam com orgulho em seus cardápios. Um pouco disso se deve à Confraria do Cordeiro, que fundamos há 10 anos, com vários outros parcerios amantes da boa mesa. Neste período, o vinho brasileiro, 90% gaúcho, também deu um salto fantástico de qualidade. Já temos excelentes vinhos cabernet sauvignon, merlot e tannat para acompanhar a carne.

O desenvolvimento das raças ovinas de carne, assim como o aperfeiçoamento dos vinhedos, está criando produtos de alta qualidade para a mesa dos brasileiros.

Os vinhos e a carne de cordeiro mostram isso.

Desde que me conheço por gente como carne de cordeiro. Nascido em Livramento, passava as férias da infância e da juventude nas fazendas de meus tios, irmãos de minha mãe, nos campos do São Diogo e do Passo do Mineiro, no lado santanense do rio Ibirapuitã, ou nas coxilhas da Bonião (certamente, corruptela de Boa União), no lado quaraquense do rio. Não éramos muitos, se carneava uma ovelha por semana ou de dez em dez dias. Não havia refrigeradores – nem luz elétrica –, portanto, carne fresca, dependendo do clima, só nos dois primeiros dias. Depois, era charque. Tenho saudade de um ensopado, com massa e charque de ovelha, que tia Ecilda fazia e nunca mais consegui comer igual. Até tentei fazer, mas não saiu como dela. Do que eu não gostava, mas era uma espécie de preço a pagar pela hospedagem, era ajudar os primos no banho das ovelhas contra sarna.

Por isso, por ter aprendido a cozinhar e por conviver com ovelhistas, é que ajudei a fundar a Confraria do Cordeiro. Uma de nossas lutas foi fazer as pessoas, mesmo gaúchos, dizer “carne de cordeiro” e não “carne de carneiro” (o pai do rebanho), como muitos ainda dizem. Estamos vencendo.

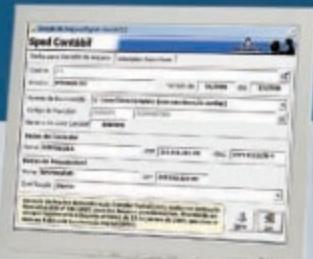
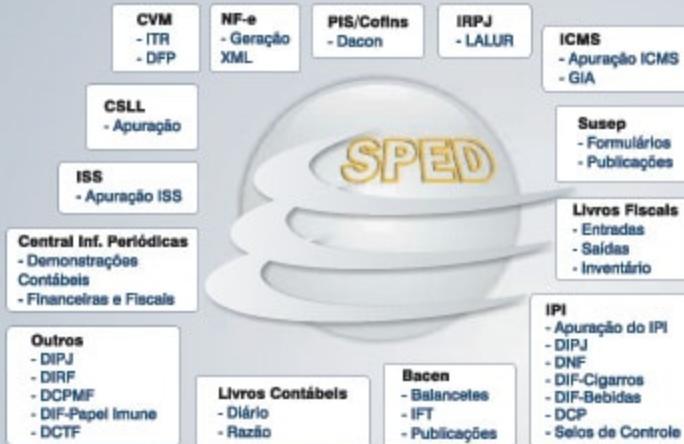


Foto: Andréa Pacheco

Os softwares Folhamatic estão preparados para atender o

SPED

(EFD - ECD - NF-e).



Fonte: www1.receita.fazenda.gov.br

O projeto SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) é o mais novo avanço na Informação da relação fisco-contribuinte. Os livros contábeis e fiscais, bem como outras obrigações acessórias em papel como a Nota Fiscal, serão substituídos por arquivos eletrônicos.

A Folhamatic busca sempre antecipar-se às exigências legais disponibilizadas pelo governo, demonstrando assim o seu comprometimento com os clientes. Nosso SPED Fiscal e NF-e já estão disponíveis e nosso SPED Contábil está validado pelo PVA (Programa Validador e Assinador) do Governo, desde março/2008.

ESTRUTURA FOLHAMATIC

Supporte Técnico



Matriz Folhamatic Americana/SP



Fábrica de Softwares



Produtos Folhamatic. Feitos por pessoas para pessoas.

Para seu escritório:



- e-CRM Contábil
- Fólio de Pagamento
- Escrit. Fiscal
- Impostos
- Livro Caixa
- Contabilidade
- LALUR
- Ativo Imobilizado
- Administrador de Escritório Contábil
- Cálculo de Impostos em Atraso
- Folhamatic Completo

Para sua empresa:



- Finanças/FBank
- Contas a Pagar
- Contas a Receber
- Fluxo de Caixa
- Controle Bancário
- Faturamento
- Estoque de Materiais Primes
- Estoque de Produto Final
- Ordem de Produção

0800 015 4400

www.folhamatic.com.br



FOLHAMATIC
TECNOLOGIA EM SISTEMAS

Uma empresa feita por pessoas

e-contábil

O contador on-line com seus clientes

A qualquer hora e de qualquer lugar do mundo,
a empresa contábil e os seus clientes podem
acessar o e-contábil pela internet.



- Integração com o sistema do escritório
- Recálculo automático de impostos
- Envio de documentos com geração de protocolo eletrônico
- Gerenciamento e solicitação de serviços e societário
- Sistema de Cobrança com emissão de boletos e recibos

Com o e-contábil, seus clientes informam movimentos de folha, fluxo de caixa e fiscal, que podem ser integrados ao sistema do escritório, gerando relatórios em tempo real.

O e-contábil permite o envio de qualquer tipo de documento, possibilitando ao escritório monitorar de forma prática todos os envios e leituras pelos clientes. Além disto, permite o recálculo automático de impostos gerando praticidade e segurança.

Seus clientes solicitarão serviços on-line e todos os controles societários serão gerenciados com agenda eletrônica para garantia dos prazos, permitindo que você controle a cobrança com geração de boletos dos principais bancos: Banrisul, Itaú, Bradesco, Caixa, Banco do Brasil, entre outros.



Adquira agora o e-contábil e ganhe o desenvolvimento do seu site inteiramente grátis

www.econtabil.com.br

Porto Alegre: (51) 3574-5867 • SP (11) 3816-4495 • Curitiba: (41) 2626-1434

• Londrina: (43) 4062-0028 • Rio de Janeiro (21) 3477-6614 - contato@econtabil.com.br